

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1003568-36.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Exibição - Medida Cautelar**
 Requerente: **Benedito Aparecido Magri**
 Requerido: **BANCO BMG SA**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

Benedito Aparecido Magri moveu ação cautelar de exibição de documentos em face do Banco BMG SA.

Informou ter financiado um veículo, com seguro prestamista, não obtendo os dados referentes a essa segunda avença, mesmo com muito insistência.

Em contestação o banco pediu a improcedência e asseverou a necessidade de prazo suplementar para a exibição do documento (fl. 27).

É o relatório.

Decido.

O banco requereu prazo adicional para a exibição do documento, que lhe foi concedido (fl. 60); não obstante, o prazo decorreu sem qualquer juntada (fl. 63).

Ora, nada mais cristalino a demonstrar a necessidade do Judiciário para a obtenção do documento, já que a parte requerida, mesmo sendo atendido o seu requerimento, demonstrou total desrespeito não só com o autor, como também com o próprio Juízo. Se simplesmente negasse a apresentação, o feito já teria vindo à conclusão e estaria julgado há tempos...

Assim, o banco réu tem a obrigação de exibir os documentos requeridos, seja para garantir o direito básico de facilitação do requerente em juízo – em futura e eventual ação –, seja porque é seu o ônus da prova do fornecimento adequado e efetivo dos serviços bancários contratados.

Ademais, em tratando de documento comum às partes, não cabe ao réu a recusa de exibi-lo, tendo em vista a obrigação de mantê-lo em seus arquivos.

Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial para determinar que o banco exiba os documentos descritos da inicial, no prazo de 05 dias, sob pena de, não o fazendo, presumirem-se verdadeiros os fatos que, com tais documentos, pretendia provar a autor, pela inteligência do artigo 359, inciso I, do CPC.

Condeno o réu ao pagamento das custas e despesas processuais,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

além os honorários advocatícios que fixo em 20% sobre o valor atualizado da causa.

PRIC

São Carlos, 10 de agosto de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**